

A MÚSICA NA CORTE DE D. JOÃO VI E DE D. CARLOTA JOAQUINA

José Fernando Cedeño de Barros ¹

Resumo: *O presente artigo trata da influência de D. João VI e de D. Carlota Joaquina exercida no tocante à música brasileira e esboça a biografia de músicos importantes, brasileiros e estrangeiros, que viveram no Brasil na época em que aqui esteve a Corte Real Portuguesa.*

Abstract: *This article deals with the influence of D. João VI and Queen Carlota Joaquina exercised in relation to Brazilian music and sketches the biography of important foreigners who lived in Brazil at the time he was here the Portuguese royal court musicians, and Brazilians.*

Sumário:

- I. Desembarque da Família Real Portuguesa no Brasil.
 - I.1. D. Carlota Joaquina.
 - I.2. D. João VI.
- II. A educação de D. Pedro.
- III. A chegada de D. Leopoldina ao Brasil e a missão austríaca.
- IV. Os músicos da corte de João VI e de D. Carlota Joaquina.
 - IV.1. André da Silva Gomes.
 - IV.2. Padre José Maurício Nunes Garcia.
 - IV.3. Marcos Portugal.
 - IV.4. Sigismund Von Neukomm.
- V. Conclusão.

¹ Doutorando em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da USP, Mestre em Direito Processual pela USP, MBA em Gestão de Petróleo & Gás pela FECAP, ex-bolsista junto à Faculte de droit et des sciences économiques de l'Université Montpellier I, sócio efetivo do Instituto Genealógico Brasileiro e sócio fundador da ASBRAP, aluno de Canto Orfeônico do Ginásio Industrial Estadual José Martimiano da Silva, Ribeirão Preto-SP.

I. Desembarque da Família Real

Indiscutivelmente, a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil constitui um marco no processo de engrandecimento de nosso país.

Assinala o Visconde de Taunay que D. João VI foi o maior, mais espontâneo e desinteressado benfeitor de nosso país. Pode-se afirmar que a nossa independência tem a sua origem nesta eloqüente frase do Manifesto às nações estrangeiras, datado de 1º de maio de 1808 – “*qu’il élevait la voix du sein du nouvel Empire, qu’il était venu créer*”.

Pertence a D. João a concepção do Brasil Império e a elevação à categoria de Reino Unido por decreto de 16 de dezembro de 1815, é a realização da primeira parte desse grandioso programa que ele completou, reconhecendo o Brasil império independente em 1825.

Desembarcando na Bahia, D. João e sua família terminaram por se fixar no Rio de Janeiro, propiciando profundas alterações culturais, econômicas, políticas e científicas (Cf. Oliveira Lima, *in* D. João VI no Brasil, 3ª edição, Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, *passim*).

Um dos aspectos mais importantes foi a possibilidade do desenvolvimento da música entre nós.

Maria Graham, em seu Diário de uma viagem ao Brasil, nos informa a respeito da importância da chegada da corte portuguesa ao Brasil, sublinhando que:

“Os membros da família real proporcionavam aniversários para frequentes festas de gala; os estrangeiros rivalizavam com os portugueses nas suas festas, de modo que o Rio apresentava o espetáculo de uma festividade ininterrupta” (Cf. Diário, Livraria Itatiaia, Belo Horizonte).

Depois de sua coroação, tendo ocorrido a morte de D. Maria I no ano de 1816, D. João cercou as festas de sua ascensão ao trono de extraordinário brilho, seguidas das recepções em honra da Arquiduquesa Leopoldina da Áustria.

É ainda Maria Graham quem assinala:

“A música, em que o gosto do rei era incomparável, formava uma grande parte do espetáculo e o Brasil talvez nunca tenha tido um festival tão magnífico”.

Como é sabido, a Família Real era melômana, como melômana era a então Princesa D. Carlota Joaquina, profundamente influenciada pelo avô, o déspota esclarecido Carlos III de Bórbon, Rei de Espanha (Cf. Marsilio Cassotti, Carlota Joaquina – O Delírio Espanhol, tradução de João Bernardo Paiva Boléo, 5ª ed, Lisboa: A esfera dos livros, 2009, pp. 15-49).

I.1. D. Carlota Joaquina no Brasil

Ao chegar a Lisboa, D. Carlota Joaquina foi submetida a exame por meio de provas públicas na presença de D. Maria I, da família real e dos fidalgos de serviço da Corte.

“Nesses exames” – conta-nos Marsílio Cassotti (Ob. cit., p. 54) – “a infanta dissertou sobre dogmas, mistérios, ‘Doutrina da nossa Santa Fé e Religião’, história sagrada, geografia, gramática e língua portuguesa e gramática latina, incluindo os Comentários de Júlio César. Tudo isso ‘tão completamente, que não se pode expressar o que deve causar uma instrução tão vasta numa idade tão tenra’, segundo a Gazeta de Lisboa. Este periódico, além disso, não deixa de destacar a ‘prodigiosa memória, compreensão e desembaraço da infanta’”.

A corte portuguesa era renomada pelo brilho de seu corpo musical, tendo o mesmo sido transferido para o Brasil por ocasião de sua transladação de Lisboa para o Rio de Janeiro.

D. João ficou agradavelmente surpreso pelo alto nível do que encontrou, o que foi constatado pelo Maestro Marcos Portugal, quando de sua chegada à corte em 1811 (Cf. Ricardo Bernardes, *in* Missa de Nossa Senhora da Conceição paa 8 de dezembro (1810) de João Maurício Nunes Garcia (1767-1830), Prefeitura do Rio de Janeiro, s/d).

Com efeito.

Logo após o seu desembarque, D. João criou a Real Capela de Música, constituindo um grupo de músicos renomados de origem portuguesa, brasileira e de estrangeiros, incluindo os *castrati* italianos, sendo sabido que a corte de Lisboa era uma das mais reputadas entre as capelas principescas da Europa e aqui continuou o seu prestigioso percurso.

A Princesa D. Carlota, como era de hábito entre a aristocracia européia de sua época, logo cuidou de constituir a sua própria Corte, não se esquecendo de dotá-la de bons músicos, notadamente o Padre José Maurício Nunes Garcia (Cf. sobre a presença de José Maurício Nunes Garcia na Corte, José Maurício Nunes Garcia e a Real Capela de D. João VI no Rio de Janeiro, e Marcelo Campos Hazan, Raça, Nação e José Maurício Nunes Garcia, Estudos – Resonancias 24: 23-40 (2008).

Ao revés do que costumeiramente se reproduz a respeito de D. Carlota, longe de ser a “messalina” virago e acerba inimiga do Brasil, verifica-se, sobretudo por sua correspondência (Cf. Francisca L. Nogueira de Azevedo, Carlota Joaquina: Cartas Inéditas, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007, *passim*), que se cuidava de uma princesa culta, dominando inteiramente as línguas espanhola e

portuguesa, exímia pintora e musicista, preocupada com a sua família materna, com o esposo e filhos, bem como com a grandeza da Casa Real de Bórbon.

Saturnino Rodrigues Peña (*apud* Francisca L. Nogueira de Azevedo, *ob. cit.*, pp. 47-48), líder dos exilados de Buenos Aires, por ocasião das perturbações decorrentes da prisão da família real espanhola por Bonaparte, assim se manifesta em carta a um amigo:

“(...) A Senhora D. Carlota, Princesa de Portugal e do Brasil e Infanta de Espanha, tem uma educação ilustrada e os sentimentos mais heróicos. Esta mulher singular, tanto assim que acredito que seja a única em sua classe, me parece disposta a sacrificar tudo para alcançar a nobre satisfação de servir de instrumento à felicidade de seus semelhantes. É impossível ouvir falar dessa princesa sem amá-la, não possui uma só idéia que não seja generosa e jamais deu lugar às que são infundidas com tanta facilidade nessas pessoas – a adulação e o despotismo: em uma palavra, parece prodigiosa a vinda da digna princesa, sua educação, suas intenções e as demais extraordinárias circunstâncias que a adornam, de cuja virtude não duvido, nem V. S. deve duvidar de que esta seja a heroína de que necessitamos e que seguramente nos conduzirá ao mais alto grau de felicidade, mas para conseguir tal coisa é absolutamente necessário que V. S., afastado de preocupação, se dedique a meditar com reflexão sobre seus deveres, interesses gerais e urgentíssimas circunstâncias do dia, e depois suplicar a sua A.R., a Princesa, que se digne ampará-los e protegê-los (...).”

O Marquês de Casa Irujo, por sua vez, é enfático ao exaltar as qualidades da Infanta:

“No que diz respeito à pessoa de S.A., devo dizer com a franqueza que me caracteriza, que a senhora infanta D. Carlota deve à natureza o talento mais distinto, que o seu coração é digno do seu nascimento e que apesar da depressão (sic) em que se encontra (...) o seu comportamento é suave e cortês com todos; é espanhola de coração sem aparências de muita parcialidade para com a nação em que vive. Impõe-se com facilidade nos negócios, conhece-os, gosta de se ocupar deles, dedica várias horas ao Gabinete, sem descuidar a educação da sua numerosa família, da qual pode-se considerar a primeira aia. Tem idéias corretas sobre assuntos cujo conhecimento é pouco vulgar no seu sexo e é religiosa sem superstições” (Cf, Cassotti, *ob. cit.*, pp. 157-158).

II. A educação de D. Pedro

O então Príncipe Real D. Pedro recebeu cuidadosa educação, sobressaindo-se no campo musical, na esteira da paixão de seus pais.

D. Pedro até ter feito cinco anos, a 12 de outubro de 1803, teve por aia D. Mariana Xavier Botelho, depois Marquesa de São Miguel, que também se ocupou de seus irmãos.

Foi objeto de cuidados também do aio D. Vasco Manuel de Figueiredo Câmara Cabral.

D. Pedro recebeu lições do Professor Monteiro da Rocha, diretor do Observatório Astronômico de Coimbra e responsável pelas cátedras de ciências físico-matemáticas e de mecânica, hidrodinâmica da Universidade de Coimbra, tendo iniciado o seu trabalho com o príncipe a partir de 18 de junho de 1804.

O Príncipe Real recebeu lições, por igual, de Miguel Franzini, professor de matemática de D. João, de inglês com o padre irlandês John Joyce e, aqui no Brasil, de Frei Arrábida, de Rademaker e do Maestro Marcos Portugal, além de ser treinado em equitação e nas artes venatórias.

A música ocupou papel importante na formação juvenil de D. Pedro, que se tornou exímio executante de diversos instrumentos e inspirado compositor.

Segundo Oliveira Lima (Cf. D. João VI no Brasil, ob. cit.):

“Em 1811, possuía a Capela Real um corpo de cinqüenta cantores, entre eles magníficos virtuosi italianos, dos quais alguns dos famosos castrati, e de cem executantes excelentes, dirigidos por dois mestres de capela, avaliando Debret os gastos com esses artista em 300.000 francos anuais. Também, no dizer dos entendidos, o Miserere de Pergolesi se cantava no Rio, por ocasião da Semana Santa, com o mesmo encanto que em Roma, na Capela Sistina”.

III. A chegada de D. Leopoldina no Brasil e a missão austríaca

O casamento de D. Pedro com a filha de Francisco Leopoldo I, Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, renovou os laços da Casa de Bragança com a Casa da Áustria, tendo as cerimônias dos esponsais um brilho inusitado.

A Arquiduquesa Leopoldina trouxe consigo uma comitiva contando com uma missão de exploração patrocinada pelo governo austríaco, composta por cientistas, botânicos, músicos, pintores etc.

Informada da paixão da Família Real portuguesa pela música, procurou D. Leopoldina cercar-se de bons artistas, dentre eles Neukomm.

A própria Arquiduquesa, conhecida como sábia, profunda em seus estudos de mineralogia, dedicava-se às questões políticas, à sua família e compartilhava com o esposo o amor pela música e pela equitação. Tinha senso crítico relativamente às produções musicais como faz prova correspondência endereçada por aquela princesa ao seu pai, datada de 17 de fevereiro de 1821:

“São Cristovão, 17 de fevereiro de 1821

“Nesta oportunidade remeto-lhe uma Missa solene composta por Neukomm, súdito austríaco e discípulo de Haydn, que certamente será de seu agrado; além disso incluo duas fugas, já que todos sabemos que o senhor as ama; meu esposo, que também é compositor, envia-lhe uma Missa solene, Sinfonia e Te deum, de autoria própria; falando sinceramente, é um tanto teatral, o que é falha de seu autor, mas o que posso garantir é que foi composta por ele sem ajuda alheia. Beijo-lhe as mãos inúmeras vezes e permaneço sempre com profundíssimo respeito e amor filial caríssimo papai, sua filha mais obediente

Leopoldina”

O séquito brilhante que acompanhou a futura Imperatriz do Brasil levou a uma progressiva mudança de hábitos da Corte. Se no início, as execuções musicais praticamente se limitavam às cerimônias religiosas, como faz prova as peças do maestro André da Silva Gomes e do Padre José Maurício Nunes Garcia, com o incentivo do Duque de Luxemburgo, novos músicos foram admitidos por D. João VI, com composições destinadas à câmara, para o piano, música para as bandas e sinfonias, incluindo peças para bailes, com destaque para as quadrilhas, *polonaises*, que passaram a abrilhantar as recepções que tinham lugar no Rio de Janeiro.

IV. Os músicos da corte de D. João VI e de D. Carlota Joaquina

D. João VI ficou agradavelmente impressionado com a alta qualidade musical que encontrou no Brasil, por ocasião de seu desembarque no Rio de Janeiro.

De fato, mercê dos trabalhos desenvolvidos pelos jesuítas e em razão do interesse de nossos governantes no período colonial, sobretudo dos bispos nomeados para a capital do Rio e para as Sés das províncias, a música foi objeto de acurados estudos, sobretudo no campo religioso.

Dentre os músicos que aqui viveram e trabalharam no período joanino, destacamos André da Silva Gomes, Padre José Maurício Nunes Garcia, Marcos Portugal e Sigismund Von Neukomm.

IV.1. André da Silva Gomes

André da Silva Gomes (1752-1844), natural de Lisboa, veio para o Brasil em 1744, com o bispo Dom Manuel da Ressurreição, provido do cargo de mestre-de-capela “*pela ciência da música no canto de órgão e contraponto*”.

Suas composições multiplicaram-se a partir de 1774, estendendo suas atividades até 1823.

O Senado da Câmara patrocinava as festas reais enquanto as irmandades possibilitavam as solenidades religiosas, notadamente de Corpus Christi.

André da Silva Gomes dirigiu a corporação musical do I Regimento de Infantaria da Milícia da Capital de São Paulo, ascendendo à patente de Tenente-Coronel.

Dentre as suas peças destacamos a Missa em Si Bemol, a cinco vozes e orquestra, que integra o acervo dos manuscritos da Inconfidência de Ouro Preto.

Rogério Duprat logrou localizar cento e trinta obras musicais religiosas, muitas delas executadas em concertos no Brasil e no Exterior e gravadas após restauração e transcrição moderna, dentre as quais dezoito Missas, trinta e oito salmos, quatorze ofertórios, dez matinas, oito Motetos, três Te Deum, dez Hinos, quatro Seqüências e vinte e duas obras para a Semana Santa.

A produtiva vida musical do Maestro André da Silva Gomes foi coroada com muitos discípulos e a redação do livro Arte Explicada do Contraponto.

IV.2. Padre José Maurício Nunes Garcia

Ao chegar ao Brasil, D. João, que tinha a mais elevada intuição e generosos impulsos, veio a conhecer o Padre José Maurício Nunes Garcia, uma das mais brilhantes expressões artísticas de nosso país. Nascido no Rio de Janeiro a 22 de setembro de 176, perdeu o pai, Apolinário Nunes Garcia, natural de Paquetá, pardo forro, ainda novo, mas sua mãe, Victoria Maria da Cruz, filha de uma escrava da Guiné, e uma tia, vendo o gosto que tinha pela música, mandaram-lhe ensinar essa arte, dando grandes mostras de talento. Seguiu a carreira eclesiástica, dizendo missa solene em 1792. Logo adquiriu fama de grande compositor, abrindo curso e foi nomeado mestre da capela da Sé pelo bispo do Rio de Janeiro em 1798.

O então Príncipe Regente condecorando-o, em 1809, com o Hábito da Ordem de Cristo, logo se interessou por José Maurício, protegeu-o e favoreceu a sua carreira musical.

O Padre José Maurício, com a partida de D. João, em 1821, caiu no ostracismo, vindo a falecer a 18 de abril de 1830, frustrado e carente de recursos, pois a pensão que lhe era paga pelo rei não pode ter continuidade sob D. Pedro I, apesar de sua simpatia pelo grande músico.

Padre José Maurício compôs cerca de vinte e seis Missas, quatro missas de Réquiem, Responsórios, Matinas, Vésperas, um Miserere, um Stabat Mater, um Te Deum, Hinos, modinhas e peças profanas: o drama Ulisséia e o Triunfo da América.

Sua obra é considerada a mais perfeita e vasta do Brasil musical. Foi merecedor dos elogios de Neukomm que, em artigo para o “Allgemeine Musikelisch Zeitung”, em 1820, despertou a atenção da Europa.

Cleofe Person de Mattos destaca o Ofício a oito vozes em dois coros, com dois órgãos, sem data conhecida. Constitui “obra que se exprime em comovente gravidade, e se expande em intensa força criadora, o Ofício oferece pela beleza e força da dramaticidade alternadamente exteriorizada e contida, algumas páginas de profunda emoção, desde o sentimento de humildade do pecador que se penitencia, à euforia do mortal que verá o criador. Enfim, é o conteúdo do texto litúrgico, em sua patética significação que se reflete espontaneamente na personalidade do Padre Mestre. Impressiona nesta obra, além da beleza intrinsecamente musical, o seu sentido geral de fervor – dir-se-ia, quase, de alegria grave – no triunfo sobre a morte. Desde o primeiro responsório, a afirmação de fé na ressurreição: *Padre quod Redemptor meus vivit*, é dinamizada pela música de José Maurício que lhe comunica o caráter de cântico à vida concebida como eterna. Essa idéia desdobra-se e sucedem-se os momentos marcados pela angústia do homem, a perturbação de seu espírito, o apelo por um socorro. São páginas de luz e de sombra, em que se alinham o ‘*Commissa mea*’, o ‘*De Profundis*’, ou o ‘*Anima mea turbat est*’, tanto quanto nos responsórios seguintes, o temor do julgamento do ‘*Dum veneris*’, página de forte conteúdo impressivo, tanto quanto o realismo do ‘*Quia in inferno*’. Ao ouvir esta obra, não parece difícil sentir-se vencido pela força da criatura excepcionalmente bem dotada que a criou” (Cf. Cleofe Person de Mattos, José Maurício Nunes Garcia – Matinas de Finados, Acervo Funarte – Música Brasileira, Manaus: Instituto Cultural Itau, 1980).

IV.3. Marcos Portugal

Marcos Antonio da Fonseca Portugal nasceu a 24 de março de 1762, em Lisboa, filho de Manuel Antonio da Ascensão e de Joana Teresa Rosa.

Muito jovem, atraiu a atenção da corte pelas qualidades de suas obras, obtendo um patrocínio para estudar na Itália, a partir de 1792, onde compôs mais de vinte óperas. Sofreu grande influência de Mozart e de Haydn.

Em 1800, de retorno a Portugal, foi nomeado maestro de solfa do Real Seminário Patriarcal e maestro do Teatro São Carlos, de Lisboa.

Em 1811, a chamado do Príncipe Regente, chega ao Rio de Janeiro, recebendo as incumbências de professor dos príncipes e compositor oficial da

corte. Elaborou diversas árias para óperas no estilo italiano, dedicando-as às Infantas, nomeadamente em ‘La madre vitoriosa’ a ária ‘consolatevei carino’, em homenagem à Dona Maria Isabel (futura rainha de Espanha), ‘Grazie virendo, oh Dio’ da ópera *Alceste*, dedicada a D. Isabel Maria (mais tarde Regente de Portugal), e muitas outras (Cf. Daniel Cramner, Marcos Portugal: mestre de música de suas altezas reais, Revista Música Hadie, Goiânia, v. 133-n. 1, 2013, pp. 19-33)).

Em 1813, passou a escrever obras religiosas, com exceção da serenata *L’augurio di felicità*, criada para comemorar o casamento de D. Pedro com D. Leopoldina, a 7 de novembro de 1817.

Marcos Portugal permaneceu no Rio de Janeiro quando D. João VI retornou à Europa, tendo sido nomeado a 1º de janeiro de 1825 Mestre de Música da Família Imperial, responsável pela formação musical das filhas de D. Pedro, D. Maria da Glória e D. Januária, então com cinco e dois anos de idade, respectivamente.

Faleceu o grande compositor no Rio de Janeiro, a 7 de fevereiro de 1830.

IV.4. Sigismund Von Neukomm

Sigismund Ritter Von Neukomm nasceu em Salzburgo a 10 de julho de 1778 e faleceu em Paris, a 3 de abril de 1858.

Foi o aluno predileto de Haydn, tendo iniciado sua vida musical como organista, e estudado filosofia e matemática na Universidade de Salzburgo.

Em 1796 tornou-se Mestre-de-Coro do teatro da Corte.

Em 1804 viaja para a Rússia, recomendado por Haydn à Czarina Maria Fiodorovna, que havia sido sua aluna, que o nomeou Mestre-de-Capela.

Retornou a Paris e em 1810 encontrava-se como músico da casa do Príncipe de Talleyrand.

Em 1816, como conta o próprio Neukomm:

“(...) aproveitei-me da vantajosa oferta feita pelo Duque de Luxemburgo para acompanhá-lo ao Rio de Janeiro”. Por essa ocasião, já era Cavaleiro da Légion d’Honneur, por mercê de Louis XVIII.

Aqui chegou em 20 de maio de 1816, desembarcado da fragata “*L’Hermione*”.

Neukomm foi o responsável pela apresentação à corte da obra de Mozart e de Haydn, e ocupou as funções de professor de música de D. Pedro, de D. Leopoldina e da Infanta D. Isabel Maria. Como vimos no item referente à Imperatriz, compôs a “Grande Missa de São Francisco”, em homenagem ao Imperador

Francisco Leopoldo I. Recebeu de D. João as insígnias das Ordens de Cristo e da Conceição.

Em 1821, retorna à Europa, realizando diversas viagens e reintegra-se à casa do Príncipe de Talleyrand.

Dentre suas obras, podemos mencionar uma Sonata para piano com acompanhamento para violino, oferecida à Princesa D. Maria Teresa, irmã mais velha de D. Pedro I.

V. CONCLUSÃO

A vinda para o Brasil da Corte Real Portuguesa foi decisiva para o aprimoramento de nossas instituições, culminando com a Independência, proclamada às margens do riacho Ipiranga pelo jovem Príncipe Regente Dom Pedro de Alcântara de Bragança e Bourbon, e confirmada em 1825 pelo reconhecimento do Império brasileiro por D. João VI.

D. João VI, amante da música e de sua utilização para o maior brilho das cerimônias profanas e religiosas em seu Império, esmerou-se no preparo e nas apresentações de sua Real Capela, favorecendo o talento que aqui encontrou em José Maurício Nunes Garcia e incentivando os estrangeiros que para aqui foram chamados, com destaque para a Missão Artística Francesa de 1817, completada pela Missão Austríaca, que aqui desembarcou por ocasião do casamento da Arquiduquesa Leopoldina da Áustria com o Príncipe Real Dom Pedro.

D. Carlota Joaquina, por sua vez, longe de ser a virago detratora do Brasil, mostrou-se, desde a infância, culta, mesmo erudita, amante da música, incentivadora de verdadeiros talentos, dentre eles o já citado José Maurício Nunes Garcia, bem como Marcos Portugal, que para aqui foi chamado em 1811, encantou-se com o Rio de Janeiro e naquela cidade construiu diversos palácios.

As críticas referentes ao caráter, temperamento e aparência de nossa Princesa e *de jure* primeira Imperatriz do Brasil nasceram somente após muitos anos depois de sua morte, que ocorreu em 1830, em Portugal, baseadas unicamente em documentos apócrifos e redigidos na sua maioria por desafetos seus e dos reinos de Espanha e de Portugal, de resto na esteira do que já se fizera na França contra Maria Antonieta, e na Espanha contra a própria mãe de D. Carlota, a Rainha Maria Luísa, nascida Princesa de Parma.

A vinda de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, completada pela chegada de D. Leopoldina ao Brasil, permitiu o desenvolvimento extraordinário da música, sobretudo das óperas e de outras modalidades voltadas para a dança, o espetáculo e o simples entretenimento, além das cerimônias religiosas.

Mozart e Haydn puderam ser conhecidos precocemente no Brasil graças, repita-se, à visão realmente inovadora de D. João VI.

A Monarquia brasileira continuou durante todo o período de sua vigência entre nós a fazer tudo o que podia para o esplendor dos verdadeiros talentos,

culminando com a educação na Itália do nosso talvez mais insigne músico, o Maestro Antonio Carlos Gomes.

Mas isto já é uma outra história e, oportunamente, nos ocuparemos de descrever a influência da Casa Imperial na música do período romântico.

IMAGENS

Copyright das Imagens

Todos os esforços foram realizados para se obter a autoria e a origem das fotografias utilizadas neste artigo. Algumas fotos foram publicadas em sites pela internet. Como não foi possível associar o crédito a algumas delas, nos colocamos à disposição para publicar os respectivos créditos em uma próxima edição, se os fotógrafos ou titulares se manifestarem.

1– Reprodução da obra do Maestro André da Silva Gomes – Missa a Oito Vozes & Instrumentos (c. 1785)

Crédito: Youtube: página visitada em 24 de outubro de 2013.

http://www.youtube.com/watch?v=D06VuLImf7A&feature=player_detailpage

2 – Partitura de Marcos Antonio Portugal

Crédito: Imagem digitalizada Biblioteca Nacional de Portugal,

In Antonio Jorge Marques, “A obra religiosa de Marcos Antonio Portugal, 1762-1830”.

3 – Marcos Antonio Portugal – Comendador da Ordem de Cristo

4– Partitura de Sigismund Von Neukomm

5– Partitura do Padre José Maurício Nunes Garcia

Crédito: Biblioteca Nacional

6– O Imperador D. Pedro I comendo o Hino à Independência em 1822

Crédito: Tela de Augusto Bracet (1881-1960), *in* Eduardo Bueno, Brasil: Uma História, S. Paulo: Ática, 2003.

7 – Dom João VI e Dona Carlota Joaquina

Crédito: Tela de Manuel Dias de Oliveira, c. 1815

8 – Concerto para piano forte oferecido à D. Leopoldina por Leopoldo Kozeluch

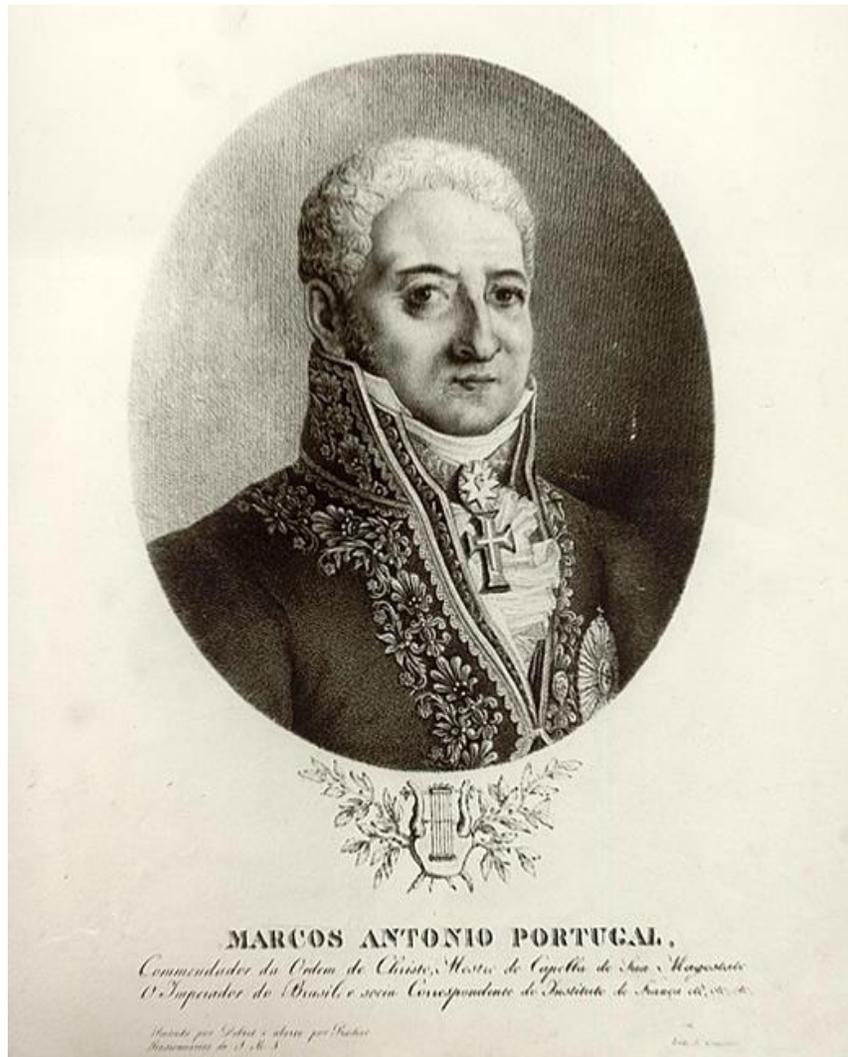
Crédito: Sonia Rubinsky, Concertos Inéditos para D. Leopoldina, O Globo, 17.08.2013.

9 - Padre José Maurício Nunes Garcia

Crédito: Tela atribuída a seu filho, José Maurício Nunes Garcia Junior, Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



Partitura de Marcos Antonio Portugal



147.

(N.º 141 bis) Du catalogue

manque

Der im Zeit
von fliehe von des Ruckel, von besonnen Ruckel
grüßen von Mordmen,
in Musikgründet

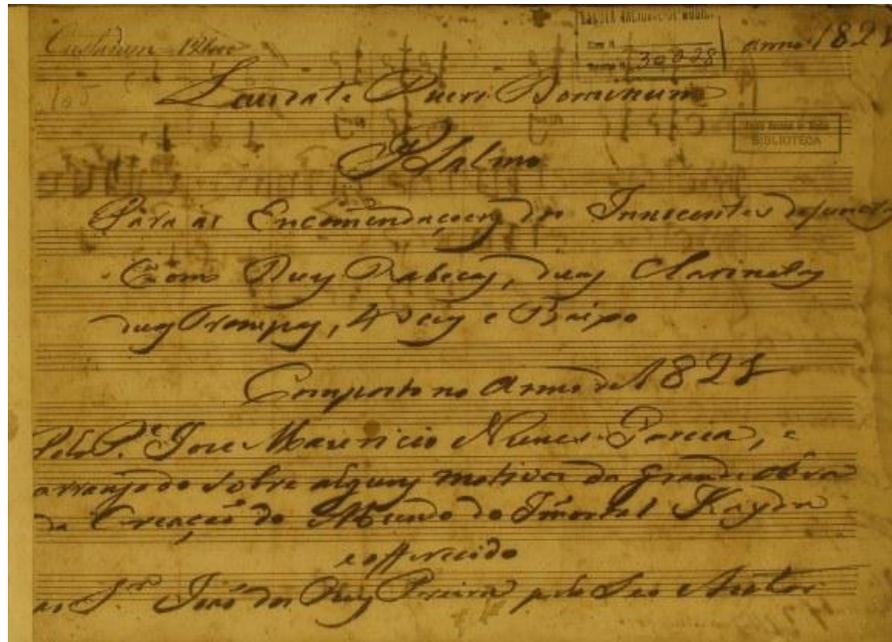
von

Sigismund Von Neukomm

Ms. 14243

Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Partitura de Sigismund Von Neukomm



Partitura do Padre José Maurício Nunes Garcia



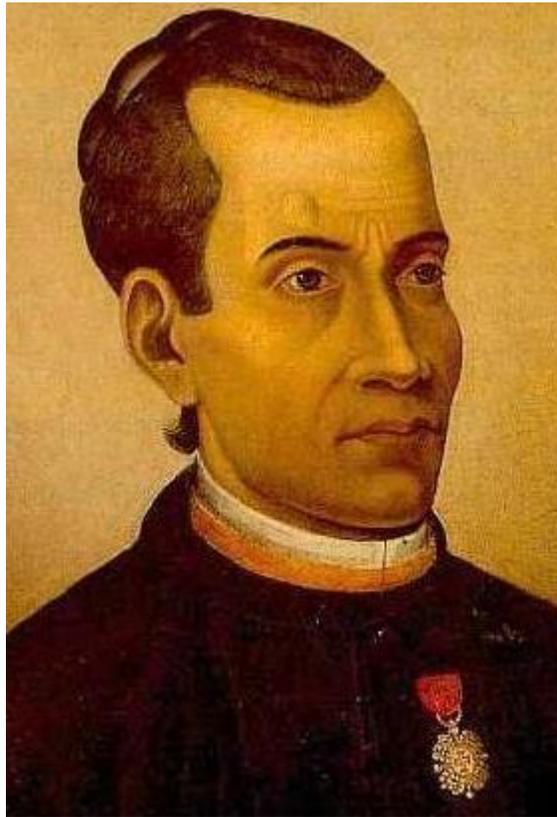
O Imperador D. Pedro I compond o Hino à Independência em 1822



Dom João VI e Dona Carlota Joaquina



Concerto para piano forte oferecido à D. Leopoldina por Leopoldo Kozeluch



Padre José Maurício Nunes Garcia